



RELATO DA XXI REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN

DATA: 02 de setembro de 2015

HORÁRIO: 14h30 – 18h00

LOCAL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º Andar, Sala de Reuniões nº 617.

PAUTA

1. Aprovação da pauta e da ata da última reunião da CAISAN.

2. Processo preparatório da 5ª Conferência Nacional de SAN:

2.1 Balanço das conferências estaduais;

2.2 Preparação do governo;

2.3 Apresentação dos critérios de seleção dos delegados do governo federal para a 5ª Conferência Nacional de SAN; e

2.4 Atividades integradoras.

3. XX Plenária do CONSEA sobre a Agenda Internacional de SAN, a ser realizada em 16 de setembro:

4. Apresentação do Mapa de Vulnerabilidade em SAN.

5. Informes:

5.1 Livreto de balanço das ações do PLANSAN 2012/2015 para a 5ª CNSAN;

5.2 Cronograma de elaboração do novo PLANSAN 2016/2019; e

5.3 Lançamento pelo MPOG, no 20ª Fórum de Gestão de Pessoas, dia 15/09, de Portaria Normativa que institui as diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho.

6. Encerramento.

Às 14h30, o Secretário-Executivo da CAISAN, Arnaldo de Campos, deu início à XXI Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN, na presença dos representantes dos seguintes órgãos: SPM/PR, CC/PR, FUNAI, MDS, CONSEA, MS, MRE, CONAB/MAPA, MPOG, MDA, SDH/PR, MMA, FNDE, SEPPPIR e MI.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
SPM/PR	Diana Oliveira
CC/PR	Johanness Eck
FUNAI	Patrícia Chagas, Juan Scalia, Daniel Piza
MDS	Arnoldo de Campos, Luna Borges, Rafaela de Sá Gonçalves, Patrícia Gentil.
CONSEA	Marcelo Gonçalves, Michele Andrade
MS	Michele Lessa, Simone Guadagnin, Ana Maria Spaniol
MRE	Marcos Lopes
CONAB/MAPA	Luciano Corcino
MPOG	Rafael Luís Giacomini
MDA	Onaur Ruano
SDH/PR	Fernanda Ferreira Reis
MMA	Jânio Coutinho
FNDE	Eliene Sousa, Solange Castro
SEPPIR	Givânia Maria da Silva
MI	Marcos Miranda

Após aprovação do relato da XX Reunião Ordinária do Pleno Executivo, realizada em 24 de julho, Arnoldo de Campos apresentou a pauta da presente reunião, aprovada pelos órgãos presentes.

1. Processo preparatório da 5ª Conferência Nacional de SAN:

1.1 Balanço das conferências estaduais.

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) fez um breve balanço das Conferências Estaduais e Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional, ressaltando que, dentre as 27 Conferências previstas, 19 já foram realizadas, com uma média de público de 300 pessoas por Conferência.

Entre os estados que já realizaram Conferência, Arnoldo destacou a presença de representantes do governo federal, especialmente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Saúde



(MS), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretária Geral da Presidência da República (SG/PR), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Integração (MI). Como subsídio a essas participações, a Secretaria-Executiva da CAISAN preparou textos e apresentações para cada estado com os principais resultados alcançados na área da SAN.

Arnoldo informou ainda a participação da Ministra Tereza Campello nas Conferências do Pará, Bahia e Distrito Federal e do Ministro Patrus Ananias na Conferência de Minas Gerais.

Arnoldo ressaltou que o clima de discussão das Conferências tem sido sereno, com manifestações explícitas de apoio à democracia, avanços importantes nas Políticas Sociais no Brasil, reafirmação dos programas e preocupações com o efeito do ajuste econômico nas políticas. Como dificuldades a serem enfrentadas na área da SAN, discutiu-se temas como a agroecologia, uso de agrotóxicos, agricultura familiar, acesso a terra e território e povos e comunidades tradicionais. Por fim, Arnoldo ressaltou que os momentos críticos são a discussão do regimento da Conferência e a escolha dos delegados.

Marcelo Silva (CONSEA) destacou a presença da presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Maria Emília, nas Conferências Estaduais; a evolução da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados; e a união do governo e sociedade civil para a construção da agenda das Conferências.

Como grandes desafios enfrentados, Marcos Miranda (MI) e Simone Guadagnin (MS) ressaltaram a questão dos agrotóxicos e da obesidade, bem como da agricultura familiar e o acesso a políticas para seu fortalecimento.

Marcos Lopes (MRE) destacou a importância da qualificação dos debates durante a Conferência Nacional para que a discussão avance na implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

1.2 Preparação do governo.

Arnoldo de Campos (SE-CAISAN) informou que, como forma de qualificação da participação do governo federal na Conferência Nacional, foi elaborado um documento de subsídio com os principais temas a serem discutidos.



Patrícia Gentil (SE-CAISAN) informou ainda o desejo de realizar reuniões do Pleno Executivo no mês setembro/outubro para discutir e produzir um alinhamento sobre os principais temas com todos os delegados, além da reunião do Pleno Executivo que está agendada para o dia 21 de outubro.

Patrícia ressaltou ainda que os próximos meses serão de muito trabalho tendo em vista que, ao mesmo tempo da Conferência, o PLANSAN 2016-2019 estará sendo elaborado.

1.3 Apresentação dos critérios de seleção dos delegados do governo federal para a 5ª Conferência Nacional de SAN.

Patrícia Gentil (SE-CAISAN) explicou ao Pleno que foi elaborada uma metodologia para definição dos números de delegados do governo federal para a 5ª Conferência Nacional de SAN, sendo que os critérios utilizados se assemelham aos da última conferência.

Rafaela Gonçalves (SE-CAISAN) ressaltou que a planilha tem como objetivo chegar a uma seleção mais criteriosa e justa sobre o número de vagas de delegados para cada órgão.

Os critérios utilizados para a definição do índice de participação foram: i) número de metas que o órgão tem no PLANSAN 2012-2015; ii) número de presenças que o órgão teve nas reuniões do Pleno Executivo da CAISAN em 2014 e 2015; e iii) número de Comitês Técnicos da CAISAN que o órgão participa. Com esses três critérios, chegou-se a um “índice de participação” do órgão nas atividades da CAISAN e então, foi imputado o número de delegados para cada uma das faixas de participação, levando-se em consideração também o número de servidores e colaboradores normalmente envolvidos nos processos da CAISAN/SISAN.

Abaixo segue o número de delegados para cada um dos órgãos.

ÓRGÃOS MEMBROS DA CAISAN	Nº de Delegados	Nº de Delegados Natos	Total de Vagas por órgão
Casa Civil da Presidência da República	1	2	3
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	14	2	16
Ministério do Desenvolvimento Agrário	14	2	16
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	20	2	22
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1	2	3
Ministério da Educação - FNDE	9	2	11



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Ministério da Fazenda	1	2	3
Ministério da Integração Nacional	1	2	3
Ministério da Justiça - FUNAI	9	2	11
Ministério da Pesca e Aquicultura	3	2	5
Ministério da Saúde	14	2	16
Ministério das Cidades	1	2	3
Ministério das Relações Exteriores	3	2	5
Ministério do Meio Ambiente	9	2	11
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	3	2	5
Ministério do Trabalho e Emprego	1	2	3
Secretaria dos Direitos Humanos	1	2	3
Secretaria Geral da Presidência da República	3	2	5
Secretaria de Política para as Mulheres	1	2	3
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	3	2	5
TOTAL	112	40	152

Rafaela relatou que os órgãos têm por direito duas vagas destinadas aos delegados natos (Ministro e Suplente da CAISAN).

Patrícia informou também que será avaliado na Mesa Diretiva do CONSEA o uso da vaga destinada ao Ministro para outro participante do órgão.

Por fim, Rafaela ressaltou que será enviada a ficha de inscrição no dia 03 de setembro e os órgãos terão até o dia 11 de setembro para enviarem todas as fichas de inscrição preenchidas à CAISAN. Além disso, será oferecida aos delegados e convidados do governo federal apenas alimentação.

1.4 Atividades integradoras.

Rafaela Gonçalves (SE-CAISAN) informou que foi entregue aos participantes, bem como encaminhado por e-mail, o comunicado nº 08/2015 do CONSEA referente às atividades integradoras da 5ª Conferência.

O comunicado convida os órgãos a apresentarem propostas de atividades integradoras que têm como objetivo abrir um espaço para que a sociedade e o governo debatam e/ou apresentem experiências exitosas relacionadas ao tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Por Direitos e Soberania Alimentar”.



A atividade pode ser uma oficina temática, palestra ou outras formas de expressão socioeducativa e cultural e acontecerão todas ao mesmo tempo. A organização deverá ser feita pelo órgão que está propondo, sendo o responsável pela atividade um delegado/a, convidado/a ou observador/a da Conferência.

Rafaela ressaltou que o número de atividades é limitado, portanto, dependendo do número de propostas, as mesmas serão analisadas pela Subcomissão de Conteúdo e Metodologia e, caso necessário, será sugerida a fusão de atividades similares.

Por fim, Rafaela informou que para participar é necessário preencher e enviar o formulário eletrônico de inscrição, disponível no site do CONSEA, até o dia 25 de setembro de 2015.

2. XX Plenária do CONSEA sobre a Agenda Internacional de SAN, a ser realizada em 16 de setembro.

Marcelo Gonçalves (CONSEA) informou que a Plenária do CONSEA será realizada no dia 16 de setembro, exatamente a um mês do Dia Mundial da Alimentação. Como comemoração, o CONSEA e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) promoverão o Mês da Alimentação com uma série de reuniões e eventos.

No dia 15 de setembro, serão realizadas as reuniões das Comissões Permanentes do CONSEA e no período da noite, serão comemorados o Ano Internacional do Solo e o Dia Mundial da Alimentação.

No dia 16 de setembro, ocorrerá a XX Plenária do CONSEA, cuja temática principal será a atualização da Agenda Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional, construída em 2008.

No dia 16 de setembro pela manhã, será realizado um conjunto de experiências do CONSEA, sendo elas: i) Mecanismo da Sociedade Civil/Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas (CSA); ii) Participação social e monitoramento do ProSavana (Moçambique); Missões de cooperação associadas às experiências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Posteriormente às experiências, será feita uma apresentação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a atuação internacional do Brasil relacionada com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada



(DHAA) e uma fala da CAISAN relacionada às principais estratégias do Governo Federal para a Atuação Internacional no Âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

No período da tarde, serão feitos os principais encaminhamentos da 5ª Conferência de SAN, pois será o último encontro do CONSEA antes da Conferência. Além disso, será feita uma apresentação da SAGI sobre a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD 2013).

3. Apresentação do Mapa de Vulnerabilidade em SAN.

Patrícia Gentil (SE-CAISAN) informou que a Secretaria-Executiva da CAISAN, ao longo dos últimos meses, tem feito um levantamento da Insegurança Alimentar nos grupos mais vulneráveis da população brasileira.

Essa demanda surgiu após o Brasil ter saído do Mapa da Fome, tendo a necessidade de identificar os grupos que ainda estão em alto grau de vulnerabilidade em Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de que o Governo Federal e os Estados possam direcionar as suas políticas.

Patrícia informou ainda que a presente apresentação teria como objetivo ouvir críticas e sugestões, pois até o momento a sua metodologia não havia sido concluída.

O Mapa de Vulnerabilidade em SAN tem como objetivos: i) realizar o diagnóstico das famílias e pessoas nas quais ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional grave, especialmente nos segmentos de povos e comunidades tradicionais incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); ii) avaliar o perfil socioeconômico e nutricional e, identificar os territórios mais vulneráveis entre os PCTs para que um conjunto de políticas seja priorizado e direcionado para estas regiões; e iii) hierarquizar os municípios de acordo com níveis de vulnerabilidade encontrados, por grupos específicos.

Patrícia relatou que a base utilizada para o mapeamento foi o Cadastro Único (CadÚnico), instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País.

Além das variáveis de renda per capita, educação (grau de instrução para adultos de 25 anos ou +) e infraestrutura do domicílio (água, esgoto e lixo), foram utilizados dados de desnutrição das crianças, a partir do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan 2014).



Como metodologia, foi utilizada a base de dados do CadÚnico de 2014, com cerca 74 milhões de pessoas cadastradas, e dentro desse universo, foram identificadas as pessoas pertencentes ao Grupo de Populações Tradicionais e Específicas do CadÚnico (GPTEs), sendo eles: indígenas, quilombolas, ciganos, comunidades de terreiro, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, acampados, atingidos infraestrutura, assentados, famílias de preso, catadores e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Povos em situação de rua não foram inclusos na análise.

A partir da identificação dos GPTEs, foi feito um agrupamento das pessoas com maior grau de vulnerabilidade, a partir de uma análise de *Cluster*.

Além de agrupamento das pessoas, foi feito um agrupamento dos municípios em 3 níveis de vulnerabilidade (muito alta, alta e média) e posteriormente um ranqueamento, a partir do cálculo do indicador de vulnerabilidade multivariado, sendo: i) 0 (zero) sem vulnerabilidade; e ii) 1 (um) máxima vulnerabilidade.

Dentre os principais resultados, Patrícia ressaltou que entre os 4,4 milhões de GPTEs no CadÚnico, 75% possui renda até R\$ 77,00, 15% não possui rede de abastecimento de água, 53% não possui esgoto, mais de 64% não possui coleta de lixo, 70% é sem instrução ou possui o ensino fundamental incompleto, quase 6% possui desnutrição aguda e 19% desnutrição crônica.

Após apresentação do Mapa de vulnerabilidade dos GPTEs, Patrícia ressaltou que o maior número de municípios em alto grau de vulnerabilidade está localizado na Bahia, sendo que os grupos que se mostram em maior grau de vulnerabilidade, em ordem decrescente, são: agricultores, ribeirinhos, pescadores, assentados da reforma agrária, extrativistas, acampados, catadores de material reciclável, beneficiários de crédito fundiário, ciganos, presos carcerários, atingidos em infraestrutura e terreiros.

Patrícia apresentou ainda as principais características da vulnerabilidade dos povos indígenas e quilombolas e por fim, ressaltou os próximos passos do aprimoramento da metodologia e utilização do Mapa, sendo eles: i) batimento do Mapa InSan com os Programas do Brasil Sem Miséria; ii) discussão sobre a utilização do Mapa InSAN com as secretarias e os parceiros das políticas do MDS; iii) elaboração de estratégias territoriais, integração e focalização de políticas para os municípios com alta vulnerabilidade de InSAN; iv) organização de um Sistema informatizado para acesso público aos estados, municípios e parceiros sobre os



territórios com alta vulnerabilidade; v) perspectiva de monitoramento anual pela Secretaria Executiva da Caisan nacional; e vi) enfrentamento da InSAN em grupos populacionais específicos.

Os membros presentes elogiaram a criação do Mapa, como um instrumento orientador de políticas, no entanto, ressaltaram que maiores análises e discussões devem ser feitas, devido às especificidades observadas em cada um desses GPTEs.

4. Informes:

4.1 Livreto de balanço das ações do PLANSAN 2012/2015 para a 5ª CNSAN.

Rafaela Gonçalves (SE-CAISAN) apresentou o cronograma de elaboração do PLANSAN 2012/2015 para a 5ª CNSAN, pactuado na última reunião do Pleno da CAISAN, conforme detalhamento abaixo.

DATA	PRAZO	ATIVIDADES
10/08	-	Envio da minuta do documento para os órgãos
10/08 – 21/08	2 semanas	Complementação do documento pelos órgãos
24/08 – 01/09	1 semana e 1/2	Sistematização do documento pela SE/CAISAN
02/09	-	Apresentação da proposta na reunião do Pleno Executivo da CAISAN
03/09 – 11/09	1 semana e 1/2	Ajustes finais do documento pelos órgãos
14/09 – 18/09	1 semana	Ajustes finais pela SE/CAISAN
21/09	-	Envio para diagramação
21/09 – 02/10	2 semanas	Diagramação
05/10	-	Envio para impressão
05/10 – 16/10	2 semanas	Impressão
03/11 – 06/11		V CNSAN

Rafaela informou que a CONAB, MDA, FNDE e SEPIR ainda estão pendentes no envio dos dados para o livreto e que um e-mail seria encaminhado a cada um desses órgãos reforçando a solicitação.



4.2 Cronograma de elaboração do novo PLANSAN 2016/2019.

Rafaela Gonçalves (SE-CAISAN) informou que o cronograma foi elaborado na reunião do Comitê Técnico de Monitoramento da CAISAN e que a intenção era que em julho o PPA estivesse finalizado, o que aconteceu no mês de setembro. Ela também relatou o objetivo da SE-CAISAN começar o mapeamento das metas e iniciativas do PPA que podem ser inseridas no Novo PLANSAN e, após a realização da Conferência, seja resgatado todas as discussões e seja feito um batimento entre o esboço do Plano e as demandas da sociedade.

O objetivo é que, na primeira reunião de 2016, seja validado o Plano e posteriormente publicá-lo, conforme cronograma abaixo.

PRAZOS	ETAPAS
Final de Julho	PPA finalizado
Início de Setembro	Início do mapeamento das metas e iniciativas do PPA que poderiam ir para o PLANSAN
Início de Outubro	Oficinas de preparação do Governo para a 5ª Conferência, vinculadas à elaboração do PLANSAN
Final de Outubro	Elaboração do esboço do novo PLANSAN
03 a 06 de Novembro	5ª CNSAN
Final de Novembro	Reunião de Balanço (avaliação da 5ª CNSAN x PLANSAN)
Fevereiro de 2016	Validação do Pleno

4.3 Pesquisa Nacional de Saúde (PNS).

Michele Lessa (MS) informou que foram divulgados os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, mostrando uma aceleração do crescimento da obesidade, além da tendência esperada através do monitoramento da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel).

A pesquisa também mostrou que cerca de 30% das crianças com menos de 2 anos consomem refrigerante e 60% consomem biscoitos, bolos ou bolachas antes dos 2 anos de idade. São dados preocupantes e que o Comitê de Obesidade irá divulgar.

4.4 Conferência Mundial de Promoção da Saúde.



Michele Lessa (MS) informou que será realizada a Conferência Mundial de Promoção da Saúde, em maio de 2016, em Curitiba. O evento será aberto para apresentações, simpósios e atividades, que podem ser enviadas até o dia 21 de setembro.

4.5 Primeiro Sistema Participativo de Garantia da Produção Orgânica 100% indígena.

Patrícia Chagas (FUNAI) informou que será lançado, no dia 03 de setembro, no anexo I do MAPA às 11h, o Primeiro Sistema Participativo de Garantia de Produção Orgânica 100% indígena. Patrícia ressaltou que no ano de 2015 houve lançamento do Selo Indígena e que o Sistema é mais uma vitória.

4.6 Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Patrícia Chagas (FUNAI) relatou que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) lançará, no dia 11 de setembro, o Plano de Ação do Direito a Convivência Familiar e Comunitária, decorrente aos inúmeros casos de adoção irregular no estado do Mato Grosso do Sul.

5.7 Concurso “Melhores Receitas da Alimentação Escolar”

Eliene Sousa (FNDE) informou que o FNDE lançará no dia 10 de setembro, um concurso para premiar as melhores receitas da alimentação escolar, com etapas nacionais e estaduais. O lançamento do edital de regulamento está previsto para o dia 10 de setembro.

Eliene relatou que as receitas devem ter seus subsídios comprados da agricultura familiar, devem respeitar a cultura alimentar, sendo que as avaliações serão feitas por nutricionistas, presidentes de conselhos e alunos.

5.8 Portaria Normativa com Diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos ambientes de trabalho.

Patrícia informou que o MPOG lançará uma Portaria Normativa com Diretrizes de Promoção da Alimentação Saudável em ambientes de trabalho, com a finalidade de orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal. O lançamento seria



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

no dia 15 de setembro, mas teve de ser adiado. Patrícia ressaltou que a Portaria é uma vitória da CAISAN, pois trata-se de um produto do CT de Obesidade.

Nada mais havendo a tratar, às 18h deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente relato que, depois de aprovado, será assinado.